



O EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA EM INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DESAFIOS PROFISSIONAIS¹

The exercise of Psychology in Federal Institutes of Education, Science and Technology: professional challenges

PETRACCO, Milene Mabilde²

HAMANN, Cristiano³

PIZZINATO, Adolfo⁴

RESUMO

O presente artigo discute o papel da Psicologia como estratégica na atuação institucional em interface com Educação, tendo como ponto de partida o trabalho realizado em um dos *campi* do Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica Sul-rio-grandense (IFSul). A pesquisa, realizada numa perspectiva etnográfica, contou com o acompanhamento do cotidiano de trabalho institucional e intervenções grupais com estudantes, processos analisados a partir de perspectivas de Análise do Discurso. Como resultado, um eixo analítico se mostrou desafio profissional e interventivo: o “sucesso dos estudantes” como enunciado capitalista-tecnicista do processo educativo. Derivado deste, outros três aparecem como estratégicos para pensar o exercício da Psicologia: a não burocratização do trabalho; a distribuição de prioridades organizacionais; as demandas psicológicas como associadas ao exercício de cidadania. Numa conjuntura de cooptação tecnicista e neoliberal, a Psicologia mostra-se fundamental para a compreensão das racionalidades institucionais e produção de singularidade, estando, potencialmente, em parceria com outros profissionais e estudantes.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Institutos Federais. Ensino Profissionalizante.

ABSTRACT

This article discusses the role of Psychology as a strategic role in institutional performance in interface with Education, having as a starting point the work carried out on one of the *campi* of the Federal Institute of Scientific and Technological Education Sul-rio-grandense (IFSul). The research, carried out in an ethnographic perspective, contoured with the monitoring of the daily institutional work and group interventions with students, processes investigated from perspectives of Discourse Analysis. As a result, an analytical axis proved to be a professional and interventional challenge: the “student success” as a capitalist-technical statement of the educational process.

1 Texto original, derivado da pesquisa de doutorado “Os sentidos da educação na Rede Federal Científica e Tecnológica”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (PUCRS), não tendo financiamento de órgãos/agências de fomento.

2 Doutora em Psicologia Social pela PUCRS, Mestre em Educação pela UFRGS, Graduação em Psicologia pela PUCRS. Psicóloga no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. E-mail: milipetracco@hotmail.com.

3 Doutor em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, Mestre Psicologia Social pela PUCRS, Graduação em Psicologia pela PUCRS. Professor do Curso de Psicologia da PUCRS. E-mail: cristiano.hamann@pucrs.br.

4 Doutor em Psicologia da Educação pela Universitat de Barcelona, Mestre em Psicologia Social pela PUCRS, Graduação em Psicologia pela PUCRS. Professor do Curso de Psicologia da UFRGS. E-mail: adolfopizzinato@hotmail.com.

Derived from this, three others appear as strategic for the exercise of Psychology: the non-bureaucratization of work; the distribution of organizational priorities; psychological demands as associated with the exercise of citizenship. In a context of technicist and neoliberal co-option, Psychology proves to be fundamental for the understanding of institutional rationalities and the production of singularity, being, potentially, in partnership with other professionals and students.

Keywords: School Psychology. Federal Institutes. Professional education and training.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo promover reflexões sobre o papel da Psicologia nos processos educativos na modalidade de ensino médio integrado. Têm-se como disparador analítico a atuação em Psicologia Escolar e Educacional em um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – prática que envolve diferentes atividades, como atendimentos individuais e em grupo, acompanhamento às turmas, reuniões de equipe de ensino, conselhos de classe e trabalho diário junto ao Setor de Assistência Estudantil. Apesar de existirem muitos profissionais da Psicologia nos diferentes Institutos Federais pelo país, inexistem uma diretriz norteadora do trabalho nesta área, o que faz com que o(a) psicólogo(a) seja inundado(a) com demandas de soluções rápidas frente aos processos de ensino/aprendizagem ou ainda com a expectativa local de um trabalho de caráter clínico tradicional, pautado na individualização dos problemas, baseado, muitas vezes, no diagnóstico e na patologia (Nardi, 2014).

Trabalhando na direção da escuta da instituição de uma maneira transversal, ou seja, não se restringindo a uma leitura individualista, mas contemplando as atividades que envolvem o trabalho no coletivo e o acolhimento de toda a comunidade escolar, algumas inquietações tomam forma. Seguir a trilha que busca a articulação de marco ético e político entre o campo psicológico e a educação é se deparar com o pensar a função social do ato educativo, suas repercussões na vida dos sujeitos e, em última instância, para que (ou para quem) existem os Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica. Faz-se necessário, neste sentido, pensarmos as relações destes sujeitos com a educação, levando em consideração que o estudante que compõe o público da modalidade de ensino integrado ofertada pelos Institutos Federais é jovem, em sua grande maioria. Isto nos coloca diante de algumas especificidades, como o fato da juventude simbolizar um período no qual demandas sociais para o ingresso na chamada vida adulta se instituem fortemente e da diversidade deste grupo, denotando necessidades singulares (Weller, 2014).

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Dados do Ministério da Educação (2009) datam a origem da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 1909, quando foram criadas as chamadas “Escolas de Aprendizes e Artífices”, instituições que, posteriormente, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – conhecidos popularmente como Cefets. As Escolas de Aprendizes e Artífices tinham um caráter assistencial na medida em que eram instituições destinadas a acolher os ‘menores carentes’, como eram chamados naquela ocasião os sujeitos em situação de pobreza. Instituição que tinha como meta ensinar-lhes ofícios para que fossem tirados das ruas ou da marginalidade, e ganhassem o próprio sustento através do oferecimento de mão de obra especializada (Brasil, 2009).

Esses aspectos nos mostram que o surgimento e expansão do ensino médio no Brasil são marcados por uma dualidade intrínseca, característica da funcionalidade da educação atrelada o modelo de desenvolvimento econômico e social. Tem-se, de um lado, a educação propedêutica destinada a preparar os filhos da elite para ascender ao alto saber desenvolvido pela humanidade e, de outro, a formação de mão de obra qualificada destinada aos da classe trabalhadora (Krawczyk, 2014). Libâneo (2011) ainda complementa esta análise, postulando que a educação no Brasil sempre esteve a serviço de interesses econômicos, sendo organizada para formar as elites sociais no intuito de manter a ordem hierárquica.

Com a implementação de uma legislação específica, o ensino médio foi sendo regulamentado para as classes média e alta e o ensino industrial, comercial e agrícola, para a classe trabalhadora. Na década de 1980, as mudanças no cenário econômico, acompanhadas de importantes transformações no setor produtivo e no desenvolvimento de novas tecnologias foram criando a demanda das instituições educativas da Rede Federal diversificarem a oferta de programas e cursos, visando preparar estudantes para a inserção no mercado. Nos anos de 2003 a 2010 esta rede viveu a maior expansão de sua história: mais de 214 escolas técnicas foram construídas e federalizadas.

Criado em 2008, a partir do Cefet – RS, O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica tem sua Reitoria na cidade de Pelotas e é formado por quinze *campi*. Caracterizado por ofertar educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, articula educação superior, básica e tecnológica. A instituição reúne elementos singulares para a definição de sua identidade, assumindo papel representativo de uma incubadora de políticas, uma vez que constrói uma rede de saberes que envolve cultura, trabalho, ciência e tecnologia.

A despeito das propostas de integração e investimento em uma educação ‘humanizada’ do IFSul, as práticas de ensino não necessariamente se encontram com a prerrogativa de funcionamento institucional. Ainda que existam, por exemplo, mudanças nas práticas e correntes pedagógicas que caracterizam cada momento histórico do país, a promoção equânime de oportunidades segue sendo precária (Krawczyk, 2014), em especial, considerando os atuais movimentos reacionários no país que procuram despolitizar os espaços de educação. Esse panorama nos faz atentar para algo que transborda as prerrogativas instituídas, permitindo olhar para espaços educativos como possíveis dispositivos sociais que legitimem o caráter político da subjetividade.

É necessário atentar para as dimensões subjetivas que compõem o processo educativo e que fazem o trabalho de profissionais da Psicologia uma dimensão estratégica para o exercício de cidadania. Partindo do pressuposto de que o sujeito alvo das políticas educacionais presentes na modalidade de ensino integrado dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é esse sujeito psíquico em constante criação de si, torna-se essencial escutá-lo não somente através de seu discurso manifesto, mas também através daquilo que diz mesmo ao calar.

COMPREENSÕES PSICANALÍTICAS PARA O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

Uma das premissas da Psicanálise é de que esta contempla não somente uma terapêutica e um arcabouço de conceitos teóricos, como também apresenta uma perspectiva investigativa. Diferentemente do discurso científico majoritário, no qual

sujeito e objeto apresentam-se como dissociados, a Psicanálise entende o objeto a partir da posição que o sujeito ocupa frente a ele, de forma que entre os dois não existe um muro intransponível e sim uma relação dialética, na qual a posição de um interfere e influencia a posição do outro (Costa; Moschen, 2013). O si mesmo só se torna viável em um contexto que precede e excede o sujeito, motivo pelo qual podemos pensar que o primeiro não existe fora de um modo de subjetivação que circunscreve as formas possíveis que o sujeito irá assumir no decorrer de sua existência (Butler, 2015).

Nesta direção, contrariamente do que almeja o discurso positivista de ciência, da busca por verdades neutras e universais, a Psicanálise trabalha com saberes possíveis, sendo estes sempre construídos a partir da relação, inscritos contextualmente. Por este motivo, concebe que não existe uma única verdade sobre o sujeito nem mesmo um sentido dado a priori. O sujeito, ser da linguagem e do inconsciente, constrói e é construído por sentidos que estão em relação de abertura a outros e novos sentidos em um movimento incessante, ou seja, as representações que construímos sempre ganham cores a partir de significações diversas, nenhuma delas podendo ser considerada como última e verdadeira (Périco; Costa-Rosa, 2014). Desta maneira, o diálogo da psicanálise com a educação promove a produção de sentidos e implica quem pesquisa no processo de investigação.

Seguindo essa mesma premissa epistêmica, torna-se possível a construção de um campo de contribuições recíprocas sobre o ato educativo, “preservando o futuro da educação de previsões apocalípticas, geradoras de uma paralisia estéril e de indiferença para com nossos jovens” (Cabistani, 2007, p. 25). Partimos aqui do pressuposto de que as representações criadas pelos sujeitos nunca estão isoladas do contexto em que estes vivem e estabelecem relações, sendo uma produção situada. Ao mesmo tempo em que criamos a realidade através das palavras temos também o poder de a transformar, na medida em que a palavra guarda as dimensões inseparáveis da ação e da reflexão (Accorssi; Scarparo; Pizzinato, 2014).

Quando o sujeito faz uma narrativa sobre si descobre que esse “si mesmo já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração” (Butler, 2015, p. 18). Considerando que, ao narrar a si mesmo, o sujeito estabelece uma relação com o outro na e através da linguagem, (re)construindo a si, o presente artigo procura discutir o papel da Psicologia (sensível a uma leitura psicanalítica de subjetividade) como estratégica na atuação institucional em interface com educação em uma organização federal de ensino. Tendo como ponto de partida o trabalho realizado em um dos campi do Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica Sul-rio-grandense (IFSul), procurou-se compreender eixos discursivos que têm dado sustentação para experiências educativas nesta conjuntura.

MÉTODO

A metodologia de pesquisa utilizada teve caráter qualitativo, numa perspectiva etnográfica integrada à elementos participativos de pesquisa-ação. O desenvolver da etnografia envolve uma articulação entre vivência situada e interpretações de discursos sociais, o que se considera uma forma de estranhamento em relação ao cotidiano. A proposta, portanto, foi de considerar os elementos passíveis de questionamento e investigação que estão presentes no cotidiano escolar, desde as histórias narradas pelos sujeitos que compõem o universo educativo, análise de documentos a respeito da instituição, suas normas e regulamentos, considerando o dito e o não dito (Geertz, 1989).

A pesquisa aconteceu no espaço onde está inserido o Serviço de Psicologia de um dos *campi* do IFSul, no qual foram analisados elementos que compuseram a rotina de trabalho local e essa mesma rotina é que articula não apenas o desejo de pesquisar tais processos, como configura uma relação indivisível entre a atuação profissional e a pesquisa, tal como postula a pesquisa-ação. Observações a partir das atividades cotidianas do trabalho em Psicologia foram realizadas (como atendimentos individuais a servidores, estudantes e seus familiares, reuniões, momentos de formação). Foi utilizada como ferramenta de registro destas informações o diário de campo, sendo um equipamento fundamental na pesquisa etnográfica (Magnani, 1997). Segundo Magnani (1997), o diário de campo é um instrumento de trabalho que permite a quem pesquisa, possibilitando elaborar as experiências que vivencia durante a jornada de investigação. Foram meses de diário de campo e de análise dos fazeres e encontros da psicologia no Instituto Federal, antes do início da pandemia de COVID19.

Para além do acompanhamento aos processos usuais de trabalho, foram realizados grupos focais com estudantes ingressantes na organização de ensino. Os grupos foram realizados em, ao menos, dois momentos: inicialmente num formato aberto de apresentação (contando com exercícios de apresentação entre os estudantes, assim como informativos sobre os processos de ensino-aprendizagem, disciplinas, currículo e serviços de acompanhamento ofertados); e em segundo momento para o fortalecimento de pertencimento comunitário, por meio de discussões sobre projeto de vida, utilizando dinâmicas fundamentadas em análise de imagem (que mostrava figuras humanas em uma árvore, em posições mais ou menos estáveis, mais ou menos bem acomodadas nos galhos) ou na criação de um envelope de desejos (nos quais se depositaria as expectativas relacionadas à educação e outros aspectos da vida).

As considerações derivadas do trabalho investigativo (diários de campo e produções nos grupos focais) foram analisadas a partir da Análise de Discurso (AD) proposta por Pêcheux (1990). Para Pêcheux (1990) o discurso se define enquanto um objeto sócio-histórico que pode ser pensado simultaneamente como estrutura e acontecimento. Enquanto estrutura, o discurso se apresenta a partir de uma lógica linguisticamente estabilizada e descritível, que comporta os significados normalizados de uma língua em determinada cultura. Todavia, estas mesmas significações estão sujeitas a transformações e relativizações em acordo com o momento histórico a partir do qual são enunciadas pelo sujeito, sendo essa a dimensão do acontecimento. Defende-se, dessa maneira, que nos espaços intersubjetivos onde o discurso se presentifica ninguém pode estar plenamente no que fala, uma vez que a língua se encontra inscrita na história – social e subjetiva. Com isso, Pêcheux (1990) aproxima-se da dimensão psicanalítica de sujeito do inconsciente. Alinhada à ideia de que a AD possa ser desenvolvida a partir de uma leitura atravessada pela psicanálise, propõe uma modalidade que retome aquilo que é próprio da língua sem obliterar o que enuncia o discurso – uma escuta dos não-ditos, dos hiatos que reconhecem o sujeito do inconsciente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Elementos foram elencados como nódulos para a compreensão das potencialidades e dificuldades da atuação em Psicologia na organização de ensino, gravitando em torno de um discurso transversal (relacionado a noção de sucesso educativo enquanto entrada no mercado). Estes três aspectos indicam a posição estratégica do fazer em Psicologia, enquanto dispositivo de desacomodação: a informalidade

na atuação, a distribuição de prioridades institucionalizadas no IFSul, e a percepção de demandas psíquicas como elementos que dizem do exercício de cidadania. Para indicar como essas questões figuram no cotidiano da organização escolar, dois momentos dos diários de campo foram escolhidos para análise – suscitando também como discursos compõem o dia a dia de estudantes e profissionais.

AUSÊNCIAS E PRESENCAS DA PSICOLOGIA

Adentrar no sistema do IFSul pela via da Psicologia no período de pesquisa desenvolvido foi deparar-se com uma conquista de espaço que se dá, em certa medida, pela ausência de um procedimento institucionalizado. Essa característica fez com que grande parte do desenvolvimento de trabalhos grupais e aconselhamentos fossem possíveis pela sensibilidade de um dos coordenadores da organização, e não por um precedente de trabalho realizado por psicólogos(as). No período de análise das atividades no IFSul, o contato com o coordenador do curso integrado de informática, em um *campus*, possibilitou que o Serviço de Psicologia tivesse acesso frequente às turmas de estudantes recém-chegados.

Esse aspecto abre espaço para algumas questões, em especial, o fato de que os profissionais da Psicologia convivem com uma falta de resguardo institucional. De outro modo, a informalidade para a realização do trabalho abre espaço para uma série de fazeres não prescritos. Ainda que se tenha como medida encontros bimestrais com as turmas, o planejamento de um trabalho de escuta acaba partindo de um ‘não planejamento’ a longo prazo – na medida em que as ações e temáticas a serem desenvolvidos no e com os grupos serão pensados a partir das demandas que cada uma das turmas irá apresentar nos encontros. Esta questão é relevante, na medida em que, apesar de não se ter um processo guiado para as intervenções em Psicologia Escolar, a abertura de espaço institucional permite uma escuta fundamentada na leitura epistemológica da Psicologia atuante.

O trabalho desenvolvido pode se constituir tendo por prerrogativa uma escuta fundamentada na ideia de desamparo em Lacan (2001), que transversaliza mesmo os encontros grupais. Este trabalho de escuta que parte da concepção de desamparo do sujeito supõe que toda pessoa é atravessada pela cultura e passa a interagir com o Outro (Lacan, 2001) – processo dialógico através do qual sujeito e contexto são constantemente reinventados. Este processo de interação coloca a escola numa posição que é, por excelência, a de possibilitar contatos contínuos do sujeito com a vida pública (Arendt, 2010). Com base nessa leitura, decorrente de uma ausência/abertura institucional – espaço de não dito e criatividade para a Psicologia – as turmas atendidas nos indicaram uma multiplicidade de questões sobre o ensino no IFSul.

Nos encontros realizados, que iniciavam sempre com um movimento de apresentação, elementos discursivos que compunham o funcionamento do sistema de ensino eram bastante evidentes. Para além de elementos majoritários nas narrativas sobre si (nome, idade e escola de origem), chamava a atenção algo transversal a este e a outros grupos de trabalho no IFSul: conflitos acerca dos projetos de vida e da função da instituição de ensino. Este processo de trabalho em grupo – que abarcava também demandas de caráter informativo, visto que muitos não conheciam a escola, os colegas e tampouco as disciplinas que compunham o currículo – acabava abrindo questões da intersecção juventude e educação.

De uma conversa sobre a falta de variedade de cursos na organização (segundo a turma com a qual se trabalhava nesta ocasião), se evidenciou recorrentes narrativas de esvaziamento no que concerne ao desejo de estudo. Esvaziamento que se articulavam com certa burocratização do processo de ensino/ aprendizagem, tendo em vista: a entrada no mercado de trabalho; a satisfação parental; a carência na oferta de cursos mais voltados para ciências humanas. Como indicava um participante: “Meus pais sempre quiseram que eu viesse estudar aqui porque esta é a melhor escola da região para que eu possa me formar e conseguir um emprego. Mas mecatrônica eu não faria, então acabei optando pela informática mesmo”. Trata-se de narrativa bastante comum entre estudantes, o que leva a pensar sobre a oferta de cursos e no que sustenta as possibilidades de escolha realizadas pelos jovens desse contexto.

Uma das justificativas institucionais para a oferta de cursos remete às opções de trabalho disponíveis em cada uma das regiões onde os Institutos estão inseridos. No caso do município de realização da pesquisa, se justifica a oferta do curso de mecatrônica por ser considerado polo metalomecânico. Este aspecto nos direciona para o caráter técnico e para a empregabilidade de estudantes, e não para a formação humanística, tal como preconiza a modalidade de ensino médio integrado. Neste sentido, as narrativas de estudantes podem ser pensadas na relação mais ampla das políticas educacionais com o sistema capitalista – movimento que concebe a educação como ferramenta de inserção no mercado de trabalho levando em conta que é, através dela, que são proporcionadas as condições de empregabilidade (e do sujeito aceder à posição de consumidor).

Ter emprego, ganhar dinheiro e ter carteira de habilitação, aspectos que apareceram nas narrativas dos jovens, podem simbolizar o ingresso no universo da adultez (Weller, 2014) mas são, também, significantes disseminados socialmente sobre o que é ser, de fato, cidadão. Possibilitam ao sujeito o acesso a um status social que, em uma cultura capitalista e consumista, envolve poder de compra e acesso a bens de consumo. O ingresso universitário se associa a este caráter, na medida em que o vestibular, ainda que apareça como um processo imparcial, se funda em uma ideologia que mascara uma seleção socioeconômica perversa, especialmente em sociedades profundamente desiguais, como a nossa (Melsert; Bicalho, 2012).

Na segunda etapa de aproximação e discussão, cujo objetivo foi fazer pensar sobre planos e projetos de vida, foram oferecidos papéis em branco através dos quais se fariam um envelope dos desejos, identificado da forma que eles achassem melhor (algumas turmas, por exemplo, confeccionam moletons e camisetas e para isto, criam uma logomarca da turma). Nesta atividade podia-se escrever, desenhar, representar de alguma forma o momento de vida e traçar projetos pautados naquilo que se deseja. Foi possível perceber diferentes dificuldades em traçar projetos futuros, considerando suas incertezas e inseguranças, entretanto, todos os alunos e alunas entregaram materiais. No corpus gerado com o material, vemos temas comuns: conseguir se formar sem reprovações, ter um emprego, ganhar dinheiro para o próprio sustento, tirar carteira de habilitação, ter um carro, e, para alguns alunos(as), conseguir passar no vestibular. O caráter dos desejos, que não pareciam ter como composição muito presente a continuidade na vida como estudantes, suscita questões. De que forma pensarmos estes projetos de vida em articulação com a proposta educativa que fundamenta as ações dos Institutos Federais? E, além disto, quais as relações entre os sonhos destes jovens nos traduzem em relação a um projeto de sociedade?

Com outro grupo de estudantes, foi proposta uma atividade que partiu de uma imagem composta por vinte bonecos espalhados em diferentes posições em uma árvore. A tarefa consiste em identificar dois bonecos, um representando o momento atual de vida do aluno e outro simbolizando o projeto para o futuro. Ainda que existam manifestações divergentes, muitos(as) simbolizam o momento atual com o boneco que está em queda, outro que está pendurado em um dos galhos e parece cair, outro que está tentando subir ou ainda aquele que tem a expressão da tristeza. As falas remetem as experiências de ser estudante do IFSul: “triste com as notas”, “cheguei aqui e a casa caiu”, “estudo, estudo, mas não rende”, “está sendo difícil levar o trabalho e a escola juntos”, “estou tentando subir na vida”. Em relação aos projetos futuros a grande maioria identifica o boneco que está localizado no topo da árvore com as mãos na cintura: “quero estar no topo e isso significa ter conseguido passar”, “ter um bom emprego”, “poder me sustentar e estar feliz independente da carreira que eu vá seguir”.

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CAPITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O IFSul sofreu intensas transformações desde sua origem que englobam aspectos que transcendem a modificação de nomenclaturas. Inicialmente Escola de Artes e Oficinas, passa para Instituto Profissional Técnico, Escola Técnica Federal de Pelotas, Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas para enfim passar a ser o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Estas mudanças, em sintonia com a expansão da Rede Federal de Educação, além da criação de novos *campi*, tiveram como consequências mudanças na estrutura física e de políticas sociais e educativas, a exemplo da reserva de 50% das vagas para alunos egressos de escolas públicas. Contudo, o processo de entrada dessas políticas não se faz deslocada de conflitos que situam o IFSul em uma série de elementos da capitalização da educação. Estas questões se mostram por diversas vias e podemos eleger alguns aspectos que envolvem desde dimensões concretas, como a distribuição de recursos, até elementos discursivos que nos indicam como se gesta um espaço de educação produzindo certas subjetividades.

Um servidor que trabalha na área da saúde, por exemplo, ao falar sobre os desafios do cotidiano, apontava ao longo do processo de pesquisa: “Tem coisas que não consigo entender: nosso setor é importante, mas quando solicitamos qualquer material, mesmo aqueles destinados a curativos e primeiros socorros, não tem verba. E a contradição é que todo o início de ano é a mesma coisa: chegam materiais para os laboratórios de mecânica e eletrônica, cujo custo é de milhões de reais”. Esta fala denota que a maneira de operar acerca das prioridades institucionais da organização diz não só de uma dimensão concreta (a carência no quesito manutenção da área de saúde), mas incorpora questões como o estranhamento/desconexão entre as demandas cotidianas e o planejamento institucional, ou mesmo a prioridade dos Institutos Federais como vanguarda na área de tecnologia.

De outra forma, essas relações de um afastamento ou estranhamento com o trabalho, se materializam em outras narrativas. Muitos servidores, que atualmente são professores da instituição, outrora foram alunos e costumam destacar que: “na minha época de escola técnica as coisas eram bem diferentes”. Além de certa percepção de uma instituição nomeada Instituto Federal que parecia ter parado no tempo, mantendo assim o caráter e o mesmo papel social da instituição que lhe deu origem, vemos o recurso a certa nostalgia. Uma organização que ainda carrega traços de identificação com a Instituição que lhe originou.

A proposta de acolher as demandas vindas dos alunos vem ao encontro da Psicologia Escolar em sua vertente crítica, na medida em que através delas o psicólogo não é o profissional que já traz respostas prontas para sua prática de trabalho e sim, aquele que constrói criativamente soluções de acordo com a realidade onde está inserido, o que é feito através da interação com os atores que compõem o universo educacional. Entretanto, muitas vezes essa perspectiva se mostra uma contramão de processos institucionalizados acerca de qual é o aluno(a) prioritário e sujeito a ser 'formado'. Para isso, o uso da palavra sucesso em diversas ações promovidas pela escola é evidência potente: "temos que ter foco no sucesso do aluno", mesma expressão comumente escutada nas reuniões com famílias no início de período letivo, no qual a equipe de ensino apresenta a escola: "o sucesso do aluno".

Teríamos aqui um signifiante que nos remete novamente a ideia de que a missão institucional pode ser resumida por um acontecimento específico? Seria este evento a absorção no mercado de trabalho? Alguns exemplos da prática profissional na organização nos direcionam para estes questionamentos. Em reunião de conselho de classe, por exemplo, número significativo de professores(as) avaliavam que uma turma de formandos era muito fraca. "Imaginem vocês que nenhum deles pretende seguir na área?". Ignorava-se, entretanto, o fato de que a maioria de estudantes da referida turma tinha planos futuros de ingresso no vestibular em cursos como fisioterapia, arquitetura, economia e direito. Outra fala, proferida por um dos coordenadores de curso, sugere a vinda de um egresso, empregado em uma das empresas da região, para falar com estudantes, entendendo que o fato do primeiro ter sido efetivado como técnico era considerado um exemplo aos demais, um "case de sucesso".

Se considerarmos a juventudes enquanto multiplicidade, podemos conceber que não é possível referirmos o "sucesso" como uma opção que se encaixe frente às diferentes culturas juvenis. Soma-se a isto o fato de os Institutos Federais funcionarem como centros de referência educacional nas diferentes regiões do país, o que faz com que seu corpo discente seja formado por estudantes de diferentes cidades, classes sociais, trajetórias escolares e acadêmicas. Nesta perspectiva, podemos pensar que o significado de sucesso possa ser singular para cada um deles e suas famílias, o que não nos permite falar de forma genérica.

Estas discrepâncias acerca do que se entende por sucesso podem ser pensados a partir das contribuições de Hannah Arendt (2010), para quem a condição humana contempla três atividades fundamentais. O trabalho, cuja principal função é a manutenção da vida, diz respeito aos processos relacionados ao processo vital que tem por objetivo principal a garantia não somente a sobrevivência do indivíduo, mas da espécie humana. A obra, relacionada a todos os artefatos produzidos que concedem durabilidade e permanência ao tempo, consistindo em um anteparo frente à mortalidade. A ação, tendo relação com a vida política, estando associada à condição humana da pluralidade, ou seja, com o fato de que, apesar dos seres humanos terem aspectos transversais, cada um terá experiências singulares durante sua vida, oportunizando a construção de histórias.

A ação, na medida em que está articulada ao uso da palavra e do discurso, é a atividade política por excelência, sendo atividade que pressupõe o sujeito em relação com os outros, sendo, por este motivo, pautada nos princípios de autonomia e de liberdade (Arendt, 2010). Nessa dimensão de discussão, é possível tomar a palavra sucesso, em termos discursivos, como um campo de captura subjetiva no que

diz respeito a uma forma estereotipada de formação e adequação mercadológica (uma anti-ação). Nesta leitura, o sucesso poderia ser elencado como uma perda de experiência, em vista do enquadramento do sujeito educativo.

Entretanto, existem possibilidades de torção dessas relações, e de construções da forma de compreender efetiva ação da produção de vida e de saúde. Grande parte de estudantes que procuram por atendimento psicológico solicitaram, durante o período de pesquisa, formas de ajuda. Entretanto, a maneira de adentrar nesse espaço, que é direito garantido dentro daquele contexto educacional, se mostra de maneira constrangida e emergencial. Ao mesmo tempo em que adentram na sala de atendimentos, reiteradamente se desculpam por *“tomarem o tempo”* da psicóloga: *“Não quero te atrapalhar”* ou ainda *“não quero que tu desperdices teu tempo com os meus problemas”* são expressões comumente verbalizadas. Associada a estas expressões, outras posições reiteram que estar no atendimento psicológico é incomodar.

Segundo um professor, que reage ao ver o aluno entrando acompanhado pela psicóloga na sala de atendimento: *“ah, então é aqui que eles vêm te incomodar?”*. Fica evidente que, para além de lidar com planos de ensino, conteúdos e métodos didáticos, existe um impasse que remete ao caráter relacional de todo o ato educativo, como sinalizado por Sigmund Freud. Ainda que, ao lado da política e da psicanálise, a educação seja concebida por Freud (1925/1996) como uma missão impossível, é através de dispositivos como ela que o psiquismo passa a funcionar a partir do modo de funcionamento secundário, processo que permite a produção de vida e tolerância às inevitáveis frustrações que ela impõe. Muitos estudantes questionam a si próprios sobre a demora em procurar ajuda, *“eu demorei quase três anos para chegar até aqui, acho que eu tinha vergonha de acharem bobagens da minha cabeça”*. Outro, ao falar sobre os motivos de procurar pelo Serviço de Psicologia, reiterou: *“eu preciso falar sobre essas coisas de sentimento porque senão eu estou em sala de aula, mas a minha cabeça não está captando absolutamente nada do que o professor está explicando.”*

Para além das narrativas usuais do cotidiano, eventos outros promovem abalos na instituição – colocando em evidência muitos destes processos. A morte trágica de um ex-aluno, o qual foi atropelado enquanto andava de skate pela cidade, mobilizou alguns colegas que solicitaram ajuda. O irmão mais velho do menino seguia na escola, fato que suscitou ansiedade de uma parte da turma. *“A gente está super mal com isso, não sabemos como devemos agir quando ele (irmão) voltar, mas as aulas seguem como se nada estivesse acontecido. Parece que a gente é que está errada por sentir...”*. Esses movimentos, que poderiam ser lidos por uma perspectiva individualizante – vinculados a um atendimento psicológico patologizante e hierarquizado – aqui mostra-se intrinsecamente vinculados a questões coletivas que inscrevem o sofrimento (como demanda pessoal, mas não pessoalizada; singular, mas não individual).

Não por acaso, vemos que essas temáticas relativas ao cuidado com saúde e a valorização de dimensões subjetivas não acompanham o fazer de grande parte dos profissionais. Uma das reuniões da equipe pedagógica coordenada pela gestão da escola, por exemplo, endossava incômodos da prática educativa associados a esta perspectiva. Estavam muito constrangidos pelo fato de um professor abordar sexualidade enquanto tema de sala de aula: *“ele está aqui para dar a disciplina X e não falar sobre sexo”*. Mesmo tratando-se de uma disciplina relacionada curricularmente à sexualidade, o movimento operado foi de restrição e monologismo, e não de abertura e de diálogo no que concerne a questões coletivas. Problemáticas como esta refletiam como, para parte da comunidade escolar, ainda era obscura a função psicossocial da educação.

Em uma retomada geral, estamos diante de um impasse que diz respeito à tensão existente entre o caráter relacional do ato educativo, que está em funcionamento mesmo quando está em questão uma disciplina especificamente técnica. É como se a missão impossível da educação, apontada por Freud (1925/1996), fosse de conseguirmos conciliar, de um lado, as exigências institucionais de formar estudantes e de colocá-los no competitivo (e muitas vezes injusto) mundo do trabalho e, de outro, respeitar a diferença potente da juventude e a questão da educação como produção de singularidades. A essa ao sucesso como fechamento da experiência, enquadramento institucional de viés mercadológico, a ação educativa não priva a diferença, dando espaço para ferramentas através das quais os sujeitos constroem suas histórias e dão sentido para suas singulares experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber, o espaço de informalidade da Psicologia, diante de um contexto organizacional marcado institucionalmente por discursos de “sucesso”, foi possibilidade para uma leitura institucional crítica. Esta produção não se daria, evidentemente, sem a participação ativa com estudantes, na escuta ativa às demandas que eles e elas elencavam nos processos grupais e de acolhimento individual. Para além deste protagonismo juvenil, a participação dos profissionais se mostrou também estratégica, ainda que fosse majoritária a visão do processo educativo como possibilidade de entrada no mercado e associação entre consumo (remetendo, por vezes a um colamento entre projeto de vida, liberdade, consumo e empregabilidade).

No que concerne ao processo de pesquisa, esse trabalho de análise foi possível tendo em vista o olhar para a circulação da palavra, elemento visceral quando se trata da produção de subjetividade desde um ponto de vista psicanalítico. O trabalho que parte das palavras, das manifestações de seus significantes tem como uma das principais características o fato de não permitir um fechamento, na medida em que as palavras, assim como os significantes, estão em constante abertura ao novo. Neste sentido, o este trabalho remete ao questionamento de para que, ou para quem, estão a serviço os cursos da modalidade de ensino médio integrado ofertados pelos Institutos Federais espalhados pelo país, assim como o que se pode produzir a partir de seus ditos e não-ditos.

O que fica evidente é que vemos uma distância de propostas emancipatórias em práticas educativas cotidianas, ainda que se tenha estes contextos educativos como estratégicos para essa formação afeita a experiência e singularidade. Considerando o panorama brasileiro atual, do perigo de (pretensa) despolitização e esvaziamento da participação democrática na educação, proporcionar espaços onde a palavra possa circular de forma livre, e em que a escuta a estudantes e profissionais seja ativa (ou seja, transformada em formas de leitura do que está instituído), é ação fundamental para incentivar uma postura crítica sobre o processo educativo. Talvez essa possa ser uma das mais importantes contribuições da Psicologia no ambiente educacional, ou seja, de apontar para o fato de que nosso “sucesso” não deva estar atrelado a entrada no mercado, e sim à possibilidade de encontrar o que de fato singulariza a vida.

REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; PIZZINATO, Adolfo. La dialogicidad como supuesto ontológico y epistemológico en Psicología Social: reflexiones a partir de la Teoría de las Representaciones Sociales y la Pedagogía de la Liberación. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 50, p. 31-42, sep./dec. 2014.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CABISTANI, Roséli Maria Olabarriga. **Os sentidos da função paterna na educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- COSTA, André Oliveira; MOSCHEN, Simone Zanon. Psicanálise e educação: os paradoxos da alteridade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 433-454, abr./jun. 2013.
- FREUD, Sigmund. **Prefácio a juventude desorientada de Aichhorn**. In: STRACHEY, James (Org.). Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1925/1996. p. 305-308.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- LACAN, Jacques. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2011.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O (velho e bom) caderno de campo. **Revista Sexta-feira**, São Paulo, n. 1, p. 8-12, maio 1997.
- MELSERT, Ana Luísa de Marsillac; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Desencontros entre uma prática crítica em psicologia e concepções tradicionais em educação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 153-160, jan./jun. 2012.
- NARDI, Milena Bertollo. **O trabalho do psicólogo em um Campus do Instituto Federal do Espírito Santo: possibilidades e desafios de uma prática**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- PÉRICO, Waldir; COSTA-ROSA, Abílio. Sujeito, subjetividade e ciência em Freud e Lacan: algumas considerações teóricas prévias a uma intercessão-pesquisa no campo da saúde mental coletiva. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 418-432, dez. 2014.
- WELLER, Wivian. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo e MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

Data da submissão: 30/11/2022

Data da aprovação: 04/10/2023